

Já ao analisar a década de 70, mostra que o debate nacional enfatiza a questão democrática, valorizando a necessidade da participação de múltiplos segmentos sociais na definição das políticas: "democracia é a 'idéia nova' a partir de 1975; é ao mesmo tempo, um modo de instituição do campo político e um modo de reconhecimento do social com suas divisões. O uso da palavra democracia difunde-se junto com a expressão sociedade civil."

Para o autor, o grupo dos intelectuais, no final da década de 70, passa por um processo de diferenciação, fruto da própria complexificação do sistema técnico-científico, o que propiciou o surgimento de interesses específicos. Neste contexto, os cientistas, ao invés de continuarem a se posicionar acima de outras categorias sociais, assumem nova postura, o que os conduziu a "rotinização" e favoreceu, inclusive, a sua inserção no sistema democrático.

O trabalho realizado por Pécaut estende-se até o início da década de 80, quando identifica que o discurso dos intelectuais passa a centrar-se predominantemente na questão da profissionalização. É ele quem acrescenta: "a referência à profissionalização assume uma importância crescente nas Ciências Sociais no decorrer do período 70 a 80. Renuncia-se a erigir as ciências sociais em "ideologia", à maneira isebiana e a formular um projeto nacional. Neste momento, busca-se reapropriar-se do privilégio da produção teórica pelos especialistas universitários em detrimento dos militantes políticos."

Por último, faz-se necessário mencionar ainda a constatação decorrente da análise que diz respeito à constituição e ao desenvolvimento de um pensamento social no Brasil, que muito contribuiu para inaugurar e consolidar a perspectiva da modernidade, ao incorporar ao universo simbólico do nacionalismo, a tensão entre universalismo e particularismo; o reconhecimento da diversidade cultural; a formação da cidadania; a postura crítica diante do "progresso", particularmente na discussão sobre industrialização e urbanização.

É também digna de nota a contribuição dada pelo autor à eliminação de visões excessivamente homogêneas sobre a história intelectual brasileira. Assim procedendo, não perde de vista tanto a especificidade das representações simbólicas do grupo considerado, quanto o lugar ocupado por estas representações no imaginário político-social brasileiro.

Apenas uma postura relativizadora e que desvende "por dentro" os mecanismos sociais que incidem na produção de categorias simbólicas é capaz de demarcar a especificidade de um grupo.

O trabalho de Pécaut é consistente e suscita inúmeras reflexões críticas e auto-críticas. Vale a pena conferir!

GARCIA Jr, Afrânio Paul – O Sul: caminho do Roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Marco Zero e Brasília, UnB/CNPq.

Fausto Miziara
Departamento de Sociologia, UnB

Este livro é a tese de doutoramento do autor, apresentada em 1983 no Museu Nacional/UFRJ.

O principal objetivo do trabalho é revisar algumas teses clássicas a respeito da relação entre a economia da **plantation** e as regiões industrializadas do país, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho. A migração será o elemento através do qual se tentará explicar as modificações recíprocas advindas da coexistência de realidades sociais tão díspares.

Ponto de partida fundamental da análise é a mudança dos padrões de residência dos trabalhadores, que afeta diretamente as estruturas de poder, substanciadas na "morada".

A forma de se apreender estas mudanças é a pesquisa das histórias individuais, trajetórias que indicam as alternativas possíveis de ação de cada agente social. Dentro dessa perspectiva, percebe-se que a liberdade pessoal dos trabalhadores e a liquidação das relações de dependência pessoal não constituem condições suficientes para a efetiva proletarização da força de trabalho. Pelo contrário, podem permitir o surgimento ou desenvolvimento do campesinato. Esta afirmação lembra a argumentação de Claus Offe sobre a necessidade de uma ação estatal que garanta o efetivo assalariamento dos indivíduos "livres".

A estrutura da análise, portanto, está dada: a partir de um retrato da situação "original" das relações sociais típicas da **plantation**, o autor analisará as estratégias de reconversão dos diferentes agentes sociais envolvidos.

A relação básica no interior da **plantation** é estabelecida entre o senhor e o morador. Esta relação possui estatutos nitidamente estabelecidos. Assim, o morador é obrigado a trabalhar determinado número de dias da semana para o senhor, recebendo um salário aviltado em relação aos trabalhadores "libertos" (que não moram na propriedade). Em contrapartida, recebem uma casa e o direito de cultivar uma pequena área: o roçado. É importante que o roçado não seja suficiente para garantir a reprodução da unidade familiar do morador. Com isso a dependência pessoal se acentua, caracterizando a "sujeição".

A separação entre "sujeito" e "liberto" é complementada pela separação entre "agricultor", "agricultor fraco" e "alugado". O primeiro não se assalaria, o segundo se assalaria parte do tempo e o terceiro depende exclusivamente da venda de sua força de trabalho.

A partir dessa caracterização inicial dos agentes sociais inseridos na economia da **plantation**, o autor nos apresenta os limites da dominação tradicional, pilar desta economia. Estes limites são apresentados por três processos. O primeiro é a concorrência entre os grandes proprietários no mercado de cana-de-açúcar e seus derivados. Essa concorrência é acirrada com o surgimento das usinas e a eliminação gradual dos diversos engenhos. O segundo limite imposto é representado pelos deslocamentos maciços de mão-de-obra para o Sul. Com isso o trabalhador consegue fugir da "sujeição" e, eventualmente, acumular um capital suficiente para adquirir alguma terra. Por fim temos o surgimento de um novo quadro jurídico e de organizações que procuram implementar tal quadro. Com isso, os trabalhadores "sujeitos" passaram a adquirir direitos que ferem frontalmente as normas de "morada" e acabam por inviabilizá-la.

Frente à ruptura observada na dominação tradicional, os diversos agentes procuram estabelecer estratégias de reconversão social. A trajetória ascen-

dente dos pequenos produtores, no caso específico, é assegurada pela articulação de diferentes atividades produtivas. Assim, é a divisão de esforços da unidade familiar entre agricultura, criação e negócio (definido como a participação nas diferentes feiras da região) que explica a possibilidade de alguma acumulação.

A articulação entre agricultura e negócio não se dá de forma direta, com os agricultores vendendo o que produziram. Pelo contrário, eles vendem no atacado sua produção e adquirem outros produtos que vendem no varejo. Tal fato tem suporte em uma atitude racional de alocação diversificada do tempo e dos recursos financeiros da unidade doméstica. Uma ação que segue a mesma racionalidade é o fato de cultivarem produtos que podem ser consumidos pela família ou vendidos no mercado. Esse tipo de lógica foge à velha fórmula de "economia do excedente", de José de Souza Martins. Produtos agrícolas são vendidos sem que tenham satisfeito as necessidades alimentares da família, para que se compre no mercado outros produtos considerados indispensáveis.

Esta trajetória ascendente pode ser bruscamente interrompida por problemas de saúde ou climáticos. Outro momento crítico é quando os filhos abandonam a casa paterna para constituírem nova família. Some-se a isso a crescente pauperização dos "agricultores fracos" e dos alugados. Tudo isso faz com que o assalariamento no Sul seja considerado quase indispensável em um determinado momento da trajetória familiar. Dessa forma, torna-se cada vez mais patente para os indivíduos ligados de uma forma ou outra à economia da **plantation** que "o Sul é o caminho do roçado".

A principal contribuição deste trabalho é questionar alguns dogmas: a respeito do comportamento "tradicional" do camponês e do significado da migração. Assim, o autor procura mostrar diversos exemplos que mostram a racionalidade presente no comportamento dos camponeses, seja na divisão entre agricultura e negócio ou na escolha dos produtos cultivados.

A migração, por sua vez, deixa de ser vista como o abandono de uma região "atrasada" em busca de melhores oportunidades. Tal fenômeno passa a ser visto como um êxodo temporário como forma de garantir a reprodução da condição social ameaçada. Assim, o migrante que retorna não é um fracassado.